



SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS – MÓDULO III

37º Curso Oficial de Formação Inicial - XLVIII Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto e Rafaela Selem Moreira Diretor da Escola: Desembargadora Cristina Tereza Gaulia Mandato do Diretor: 05/02/2021 a 05/02/2023		
DATA E HORÁRIO DO CURSO	De 23 de maio à 23 de setembro de 2022. <i>Módulo I – 23 de maio a 01 de julho de 2022 – Coordenadora/Tutora - Renata de Lima Machado</i> <i>Módulo II - 04 de julho a 29 de julho de 2022 – Coordenador - José Guilherme Vasi Werner</i> Módulo III - 01 de agosto a 26 de agosto de 2022 – Coordenadora/ Tutora - Adriana Ramos de Mello <i>Módulo IV - 29 de agosto a 23 de setembro de 2022 – Coordenador/Tutor - Gustavo Quintanilha Telles de Menezes.</i>		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de Formação Inicial;	CARGA HORÁRIA	612 horas <i>Módulo I - 76 horas</i> <i>Módulo II – 80 horas</i> Módulo III – 80 horas <i>Módulo IV – 80 horas</i>
MODALIDADE	Ensino Híbrido: Presencial e EaD com tutoria Síncrona e Assíncrona Resolução Enfam n. 7 de 9 de julho de 2021	Nº DE VAGAS	50
LOCAL	Rua Dom Manuel, nº 25, CEP: 20010-090. Centro, Rio de Janeiro, 3o andar Ambiente Virtual Moodle de Aprendizagem https://virtual.emerj.com.br/ Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados Recém Empossados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL	Administração da atividade judiciária (gestão processual, gestão de pessoas, de materiais e de resultados); II. Tecnologia da informação e das comunicações; III. Técnica dos atos judiciais. Elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências. IV. Ética e deontologia da magistratura; V. Filosofia do direito e sociologia jurídica; VI. Hermenêutica e argumentação jurídica; VII. Liderança, relações interpessoais e interinstitucionais e gerenciamento de riscos e crises; VIII. Relacionamento com os meios de comunicação de massa e uso de redes sociais; IX. Métodos consensuais de resolução de conflitos, processos autocompositivos e psicologia judiciária; X. Impacto social, econômico e ambiental das decisões judiciais e a proteção do vulnerável; XI. Direitos humanos; XII. Demandas repetitivas e grandes litigantes; XIII. Direitos fundamentais e seguridade social; XIV. O juiz e os serviços extrajudiciais. (Res. 02/2016 da ENFAM). Eleições e Direito Eleitoral.		
TEMAS GERAIS			

<p>JUSTIFICATIVA</p>	<p>Justificativas legais: Art. 93, IV da CFRB/88 com alteração da Emenda Constitucional nº 45; e, Resolução ENFAM No. 2 de 8 de junho de 2016 (com alterações da Resolução N. 2 de 14 de março de 2017).</p> <p>O curso contempla o conteúdo programático mínimo proposto pela Enfam (Anexo II da Res. No. 2/2016 e alterações), as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a inserção de temáticas de interesse do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. O curso terá início imediatamente após a posse dos novos magistrados no Tribunal de Justiça.</p> <p>Nós vivemos em um contexto de proliferação em larga escala de demandas de massa. Por outro lado, há várias demandas individuais complexas, cujas decisões podem ter grande impacto socioeconômico. Os magistrados devem estar devidamente preparados para decidir levando em consideração não apenas o direito, mas também, avaliando as consequências socioeconômicas de suas decisões. A necessidade do preparo e aperfeiçoamento dos juízes, nesse contexto, é contínua, tendo sido objeto de previsão expressa na Emenda Constitucional n. 45/2004, conhecida como Reforma do Judiciário. A meta a ser atingida, em qualquer curso de formação inicial de juízes, é a formação de um juiz ético, congruente, capaz de ver e ouvir a alteridade que o cerca, com equilíbrio emocional e espírito curioso para lidar com as constantes inovações tecnológicas e constantes mudanças sociais e culturais de seu tempo. O juiz deve ter profundo conhecimento acerca da realidade que o cerca e estar aberto a conhecer sempre mais. O objetivo do curso de formação inicial, portanto, é propiciar ao novo juiz o “espírito” institucional e da busca constante do conhecimento essencial ao bom exercício da função jurisdicional, não se confundindo com o ensino puramente acadêmico. (PORT, Otávio Henrique Martins. REFLEXÕES SOBRE O PREPARO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS. Revista da AJUFE. P.403).</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Os(As) participantes do Curso Oficial de Formação Inicial, magistrados nomeados no XXLVII Concurso para ingresso da Magistratura de carreira do Estado do Rio de Janeiro, estarão aptos a atuar em suas funções jurisdicionais e gerenciais. Ao término do curso os(as) novos(as) juízes(as) terão internalizado novos conhecimentos teóricos e práticos e desenvolvido competências fundamentais para o exercício da função judicante e gerencial, bem como para o acesso aos caminhos de busca do conhecimento para o aperfeiçoamento constante, tanto no nível profissional como pessoal, intelectual, emocional, humanístico e cultural.</p>
<p>METODOLOGIA</p>	<p>A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação inicial e continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões.</p> <p>A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 11 de 7 de abril de 2015 estabelece as diretrizes pedagógicas dos cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados e a necessidade dessa formação possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade.</p>

ESTRUTURA DO CURSO	<p>Este curso está estruturado em 4 módulos, cada um deles contém:</p> <p>Formação presencial Os conteúdos serão apresentados por meio de exposições dialogadas e utilização de metodologias ativas como: Estudos de caso, Oficinas de grupos de trabalho, Grupos de Verbalização/Observação, <i>Phillips 66</i> e demais métodos ativos de ensinagem. As aulas presenciais ocorrerão todas as segundas e quartas, das 09 horas às 13 horas e em horários estendidos quando da realização de visitas técnicas e vivenciais.</p> <p>Formação síncrona/assíncrona – Ambiente Virtual de Aprendizagem A interação entre docentes, tutores e alunos ocorrerá por meio dos Encontros síncronos, Videoaulas exclusivas, fóruns interativos, ferramentas ativas e materiais complementares (vídeos, <i>podcasts</i>, leituras obrigatórias e complementares). O uso de ferramentas como Tarefa de Estudo de caso; <i>Team-based Learning (TBL)</i>; Glossário; Sala de aula invertida, WIKI, Mural Virtual irá estimular a participação ativa e reflexiva sobre os temas dos módulos.</p> <p>Atividades práticas educacionais supervisionadas Judicatura em Varas Cíveis, Criminais, de Família, de Fazenda Pública, Juizados Especiais Cíveis, Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, Varas da Infância e Juventude, Plantão Judiciário e Justiça Itinerante sob a orientação dos respectivos juízes titulares, que avaliarão o novo magistrado quanto à sua conduta e dedicação no exercício da atividade judicante. As atividades serão realizadas de 2ª a 5ª feira, no horário das 14 horas às 18 horas.</p> <p>Visitas técnicas e vivenciais Visitas técnicas e vivenciais em instituições que abarquem os quatro eixos da Formação Inicial: (I) Controle Social Institucionalizado – Jurisdição; (II) Gestão Social Institucionalizada; (III) Capital, Política, Ciência e Tecnologia - visão política institucional; (IV) Pessoas/Recursos/Sociedade Civil - Visão de Futuro</p>
---------------------------	--

PROGRAMAÇÃO DO MÓDULO 3	
MÓDULO 3 De 01/08 à 26/08/2022 Carga horária: 80 horas	<p>Coordenação: Adriana Ramos de Mello – Juíza de Direito do TJRJ Tutoria: Adriana Ramos de Mello – Juíza de Direito do TJRJ</p> <p>Ementa: VISÃO E PRÁTICA INSTITUCIONAL – POSICIONAMENTO E CONDUTA IV. Ética e deontologia da magistratura; V. Filosofia do direito e sociologia jurídica; VI. Hermenêutica e argumentação jurídica; XI. Direitos humanos e a proteção dos vulneráveis; XIII. Direitos fundamentais e seguridade social.</p>
Módulo III - SEMANA I - De 01 a 05/08	
EMENTA: Filosofia do direito e sociologia jurídica. Função social do Poder Judiciário. Hermenêutica e o conceito de justiça. Ética e humanismo.	
SEGUNDA-FEIRA DIA 01/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM	<p>SEGUNDA-FEIRA - DIA 01/08 DAS 9H ÀS 12H - ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM - 3H</p> <p>Tema: Filosofia do direito e sociologia jurídica Conteúdo programático: Objeto da Filosofia do Direito e da Sociologia Jurídica; Lógica e Direito; Relação entre Direito, mudanças sociais e transformação dos costumes;</p>

	<p>Acesso à justiça e jurisdicionalização das situações sociais; A Tomada de Decisão: Como os Juízes (as) devem decidir? A tendência contemporânea do pós-positivismo;</p> <p>Docentes: Loiane da Ponte Souza Prado Verbicaro - Professora da Faculdade de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará - UFPA. Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade de Salamanca - USAL (2014).</p> <p>Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães - Professora universitária. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (2000), graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2004), graduação em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2017), mestrado em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará (2005) e doutorado em Doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2016).</p> <p>Metodologias ativas: O aprofundamento teórico será realizado por uso de métodos ativos. As aulas dialogadas buscarão despertar no/a juiz/a a reflexão sobre a importância do processo hermenêutico na aplicação da lei e a conscientizando da necessidade de fazer adequadamente a aproximação do conteúdo ético inserido no texto legal da hipótese concreta. Debates serão realizados no fórum de discussão formativa com a intermediação do docente e da tutora.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>
<p>TERÇA-FEIRA DIA 02/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL</p>	<p>TERÇA-FEIRA - DIA 02/08 - DAS 9H ÀS 13H – AULA PRESENCIAL - 4H Tema: Função social do Poder Judiciário Conteúdo programático: Função social do Poder Judiciário; Sociologia Jurídica – Organização Social do Poder Judiciário; O Direito do ponto de vista sociológico e suas funções de prevenir e compor conflitos, manter o controle social e regular condutas na sociedade. Docentes: Desembargador Wagner Cinelli de Paula Freitas – Desembargador da 17ª. Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ.</p> <p>Professor Dr. Fernando de Castro Fontainha - Professor e Pesquisador do IESP-UERJ, credenciado nos programas de pós-graduação em Sociologia e Direito. Coordenador do DECISO - Núcleo de Pesquisas em Direito e Ciências Sociais. Pesquisador Associado do CEPFL – Centre d'Études Politiques de l'Europe Latine. Possui doutorado em Ciência Política pela UM1 – Université de Montpellier 1 (2011), mestrado em Sociologia e Direito pela UFF – Universidade Federal Fluminense (2006), e graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004).</p> <p>Metodologias ativas: O aprofundamento teórico será realizado por meio do uso de métodos ativos. As aulas dialogadas buscarão despertar no juiz/a reflexão sobre a importância do processo hermenêutico na aplicação da lei e a conscientizando da necessidade de fazer adequadamente a aproximação do conteúdo ético inserido no texto legal da hipótese concreta.</p> <p>Juiz auxiliar: Renata Palheiro Mendes de Almeida</p>
<p>QUARTA- FEIRA DIA 03/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL</p>	<p>QUARTA- FEIRA - DIA 03/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: Hermenêutica e o conceito de justiça Conteúdo programático: Hermenêutica; Conceito de justiça; Valores constitucionais e direitos fundamentais e sua eficácia; Democracia constitucional; A formação do</p>

	<p>convencimento do juiz e a construção do ato decisório, a partir de processo plural que resulta de múltiplas ações e interesses dos sujeitos que participam ou integram a relação processual; Conflitos e interesses que estão presentes e podem interferir na demanda judicial (questões culturais, econômicas, ideológicas, de gênero e outras); A cognição do juiz e a formação de seu convencimento.</p> <p>Docente: Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa – Desembargador Presidente da 7ª Câmara Cível, Diretor-Geral da EMERJ (2015/2016), formador da ENFAM.</p> <p>Desembargador Marcelo Castro Anatócles da Silva Ferreira</p> <p>Desembargador da 6ª Câmara Criminal do TJRJ. Presidente do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção de vítimas e Testemunhas.</p> <p>Metodologias ativas: O aprofundamento teórico será realizado por meio do uso de métodos ativos. As aulas dialogadas buscarão despertar no/a juiz/a reflexão sobre a importância do processo hermenêutico na aplicação da lei e a conscientizando da necessidade de fazer adequadamente a aproximação do conteúdo ético inserido no texto legal da hipótese concreta. Será utilizada a técnica da Simulação para análise de caso concreto.</p> <p>Juiz auxiliar: Regina Helena Fábregas Ferreira</p>
<p>QUINTA-FEIRA DIA 04/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM</p>	<p>QUINTA-FEIRA - DIA 04/08 - DAS 9H ÀS 12H - ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM – 3H</p> <p>Tema: Ética e humanismo</p> <p>Conteúdo programático: O preceito ético da magistratura e a hermenêutica jurídica.</p> <p>Docente: José Henrique Torres, Juiz de Direito Titular da Vara do Júri de Campinas/SP, formador de formadores e formador dos cursos da ENFAM.</p> <p>Metodologias ativas: O aprofundamento teórico será realizado por meio do uso de métodos ativos. As aulas dialogadas buscarão despertar no juiz/a reflexão sobre a importância do processo hermenêutico na aplicação da lei e a conscientizando da necessidade de fazer adequadamente a aproximação do conteúdo ético inserido no texto legal da hipótese concreta. Os debates serão promovidos por técnicas como sala de aula invertida, aprendizagem entre pares e análise do caso concreto na aula síncrona e no fórum de discussão formativa.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>
<p>SEXTA-FEIRA DIA 05/08 DAS 9H ÀS 13H VISITA EXTERNA</p> <p>DAS 14H ÀS 17H REUNIÃO DE MENTORIA</p>	<p>SEXTA-FEIRA - DIA 05/08 – DAS 9H ÀS 13H - VISITA EXTERNA (4H)</p> <p>Local: Centro de acolhimento de população de rua da Prefeitura (a verificar). Roda de conversa após a visita com a equipe do PROJETO RUAS e representante da Defensoria Pública (Núcleo Pop Rua).</p> <p>Docente: Adriana Ramos de Melo</p> <p>Avaliação: Elaboração de um <i>Reaction paper</i> 1 lauda (1,0 ponto).</p> <p>Das 14h às 17h – reunião de mentoria com juízes auxiliares na EMERJ.</p>

Avaliação Final Modulo III – Semana 1	Fórum de Discussão: 4,0 pontos Visita + <i>Reaction paper</i> : 1,0 ponto <i>Reaction paper</i> da Semana 1: 1,0 pontos Total: 6 pontos
LEITURAS	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 2, p. 323-334, 2014. Disponível em : https://www.scielo.br/j/psoc/a/xtzwLkTLWPjLFyD8Qjz7Qxi/?format=pdf&lang=pt. LP Verbicaro - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. Judicialização da Política, Ativismo e Discricionariedade Judicial. Link: <https://www.researchgate.net/profile/Loiane-Verbicaro/publication/324744346_JUDICIALIZACAO_DA_POLITICA_ATIVISMO_E_DISCRICIONARIEDADE_JUDICIAL/links/5adfdcf3458515c60f63cdbe/JUDICIALIZACAO-DA-POLITICA-ATIVISMO-E-DISCRICIONARIEDADE-JUDICIAL.pdf></p> <p>Leitura complementar:</p> <p>CORRÊA SEVERO, R. : “O Princípio da Reserva do Possível e a Eficácia das decisões Judiciais em face da Administração Pública”, em Fórum Administrativo Direito Público, n.112, 2010, pp. 20-37. DA SILVA VITORIO, Rafael Borges. Raça, corpo e existência: uma leitura pós-colonial em Fanon. Anãnsi: Revista de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 14-26, 2020. Disponível em : https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/10170</p>
<p style="text-align: center;">MODULO 3 – SEMANA 2 – De 08 a 12/08</p> <p>EMENTA: Direitos humanos e a proteção dos vulneráveis. Direitos humanos a partir do pensamento crítico. Os direitos humanos das mulheres, a igualdade de gênero e a agenda 2030.</p>	
SEGUNDA-FEIRA DIA 08/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM	<p>SEGUNDA-FEIRA - DIA 08/08 - DAS 9H ÀS 12H - ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM - 3H Tema: Direitos humanos e a proteção dos vulneráveis Conteúdo programático: Teoria dos Direitos Fundamentais; Direitos humanos: história, fontes e formação dos direitos humanos; Panorama histórico; tratados internacionais e função dos organismos internacionais; Investigação de violações (nacional e internacional); Direito internacional dos direitos humanos e as ordens jurídicas nacionais; Caso concreto; Docente: Professor Dimitri Dimoulis - Pós-doutor pela Univ. Saarland (1996). Doutor em Direito pela mesma Universidade (1994). Mestre em Direito público pela Univ. Paris-I (Panthéon-Sorbonne) (1989). Bacharel em Direito pela Universidade Nacional de Atenas (1988). Professor da Escola de Direito de São Paulo da FGV (Graduação e Mestrado Acadêmico). Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais.</p> <p>Metodologias ativas: Estudo de casos emblemáticos de violação de Direitos Humanos. O embasamento teórico se dará pelo método expositivo dialogado, com a participação ativa e refletiva dos magistrados.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>

<p>TERÇA-FEIRA DIA 09/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL</p>	<p>TERÇA-FEIRA - DIA 09/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: Direitos humanos a partir do pensamento crítico Conteúdo programático: Fundamentos do pensamento crítico; uma aproximação dos Direitos Humanos a partir do pensamento crítico; uma perspectiva sócio-histórica dos Direitos Humanos e sua dimensão política; O pensamento liberal e os Direitos Humanos; Direitos Humanos e o pensamento crítico de Joaquim Herrera Flores.</p> <p>Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa – Desembargador Presidente da 7ª Câmara Cível, Diretor-Geral da EMERJ (2015/2016), formador da ENFAM.</p> <p>Metodologias ativas: Aula expositiva-dialogada; exposição de vídeos; debates em grupo em salas síncronas; tarefa de estudo de caso e fórum de discussão formativa no AVA.</p> <p>Juíza auxiliar: Adriana Ramos de Mello</p>
<p>QUARTA-FEIRA DIA 10/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL</p>	<p>QUARTA-FEIRA - DIA 10/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: Os direitos humanos das mulheres, a igualdade de gênero e a agenda 2030 Conteúdo programático: Os direitos humanos e a igualdade de gênero; O Direito Internacional dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva de gênero; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) – promulgada pelo Decreto nº 89.460, de 20/03/1984; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) – promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 01/08/1996; A Jurisprudência da Corte Interamericana em matéria de gênero; Agenda 2030.</p> <p>Docente: Juíza Adriana Ramos de Mello - Juíza de Direito, doutora em direito pela Universidade Autônoma de Barcelona, professora da EMERJ e do Mestrado Profissional da ENFAM, Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero.</p> <p>Professora Dra. Flávia Piovesan. Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São paulo (1996). É professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito. Integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (2018-2021).</p> <p>Metodologias ativas: O Estudo de Casos emblemáticos de violação de Direitos Humanos das mulheres no Brasil e no mundo pautarão a aula. O embasamento teórico se dará pelo método expositivo dialogado, com a participação ativa e refletiva dos magistrados. Método do caso.</p> <p>Juíza auxiliar: Caroline Rossy Brandão Fonseca</p>
<p>QUINTA-FEIRA DIA 11/08 DAS 9H ÀS 12 ATIVIDADE ASSÍNCRONA</p>	<p>QUINTA-FEIRA - DIA 11/08 - DAS 9H ÀS 12 – ATIVIDADE ASSÍNCRONA Vídeo aulas: duas aulas de 30 minutos cada Tema: Violência Doméstica. Violência Obstétrica. Conteúdo programático: O impacto da raça, identidade de gênero e orientação sexual no acesso à justiça. Casos concretos de violação dos direitos humanos das mulheres: Alyne Pimentel vs Brasil, Simone Diniz vs. Brasil (CIDH); Atala Riffo vs Chile (CIDH) e Marcia Barbosa vs Brasil.</p> <p>Docente: Lívia Paiva, Doutora em direito pela UFRJ, professora da Emerj, pesquisadora do NUPEGRE.</p>

	Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)
SEXTA-FEIRA DIA 12/08 DAS 9H ÀS 13H VISITA EXTERNA	SEXTA-FEIRA - DIA 12/08- DAS 9H ÀS 13H - VISITA EXTERNA Local: Visita a Delegacia de atendimento à mulher- DEAM Centro e ao Centro de Atendimento à Mulheres da Prefeitura do RJ (CIAM Chiquinha Gonzaga) Docente: Adriana Ramos de Melo - Juíza de Direito do TJRJ Avaliação: Elaboração de um <i>Reaction paper</i> 1 lauda (1,0 ponto).
DAS 14H ÀS 17H REUNIÃO DE MENTORIA	Das 14h às 17h – reunião de mentoria com juízes auxiliares na EMERJ.
Avaliação Final Modulo III – Semana 2	Fórum de Discussão: 4,0 pontos Visita + <i>Reaction paper</i> : 1,0 ponto <i>Reaction paper</i> da Semana 2: 1,0 pontos Total: 6 pontos
LEITURAS	Leitura obrigatória: PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris , p. 101-118, 2011. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipp.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_6_responsabilidade-internacional.pdf . BARSTED, Leila Linhares. Os direitos humanos na perspectiva de gênero. COLÓQUIO DE DIREITOS HUMANOS, I. São Paulo, Brasil , 2001. Disponível em: http://dhnet.org.br/direitos/textos/a_pdf/barsted_dh_perspectiva_genero.pdf CARBALLIDO, Manuel Eugenio Gándara. Crítica del pensamiento crítico. apuntes para pensar las luchas, 2015. Disponível em: < https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/derechoshumanos/article/view/7056 >
	Leitura complementar: PIOVESANN, Flavia & PIMENTEL, Silvia (coords). Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001 nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Brasília, 2002. DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Gasparetto. Dimensões da constitucionalização das políticas públicas. Revista de Direito Administrativo , v. 273, p. 237-267, 2016.
MODULO 3 – SEMANA 3 - De 15 a 19/08	
EMENTA: Direitos das pessoas vulneráveis. Direitos humanos e a igualdade racial.	
SEGUNDA-FEIRA DIA 15/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL	SEGUNDA-FEIRA - DIA 15/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: Direitos da Criança e do Adolescente Conteúdo programático: Impactos em face das pretensões individuais e coletivas que se apresentam ao Estado-Juiz; Proteção à Criança – Proteção dos vulneráveis; Portadores de necessidades especiais e incapazes civis; Criança e adolescente; Ações civis públicas e de apuração de irregularidades previstas no ECA; Convenção Internacional de Direitos da criança e do adolescente da ONU e as convecções de proteção aos privados de liberdade – regras de Beijing e Riad; Pacto São José da Costa Rica.

	<p>Docente: Juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza – Juiz da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande Vencedor da XII edição do Prêmio Innovare, na categoria Juiz, com o projeto “Apadrinhar – Amar e Agir para Materializar Sonhos”. Presidente do FONAJUP (Fórum Nacional da Justiça Protetiva).</p> <p>Juíza Vanessa de Oliveira Cavalieri - Juíza da Vara da Infância e da Juventude, professora da EMERJ.</p> <p>Metodologias ativas: Aula expositiva dialogada para a promoção de discussão reflexiva e crítica do conteúdo apresentado. Situações problema serão apresentadas para que os juízes, pelos métodos de GV/GO e Phillips 66, possam levantar e discutir as múltiplas abordagens dos temas e as possíveis soluções.</p> <p>Juiz auxiliar: Leonardo Grandmasson Ferreira Chaves</p>
<p>TERÇA-FEIRA DIA 16/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM</p>	<p>TERÇA-FEIRA - DIA 16/08 - DAS 9H ÀS 12H - ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM - 3H Tema: Os direitos da pessoa idosa no Brasil Conteúdo programático: Proteção ao Idoso; Os Direitos da pessoa idosa no Brasil; Direitos Humanos e a criação de Vara Especializada em Idosos e Pessoas com Deficiência; Legislação em vigor a ser aplicada;</p> <p>Docente: Andrea Maciel Pacha – Desembargadora do TJRJ.</p> <p>Metodologias ativas: Aula expositiva dialogada para a promoção de discussão reflexiva e crítica do conteúdo apresentado. Situações problema serão apresentadas para que os juízes, pelos métodos de discussão em grupos em salas síncronas e roda de conversa possam levantar e discutir as múltiplas abordagens dos temas e as possíveis soluções.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>
<p>QUARTA-FEIRA DIA 17/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL</p>	<p>QUARTA-FEIRA - DIA 17/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: Direitos da pessoa com deficiência. Conteúdo programático: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O sistema constitucional de proteção dos direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e o papel do Poder Judiciário.</p> <p>Docente: Desembargadora Regina Lucia Passos. Desembargadora do TJRJ e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e inclusão (COMAI).</p> <p>Metodologias ativas: Estudo de Casos emblemáticos de violação de Direitos Humanos e a discriminação da pessoa com deficiência. O embasamento teórico se dará pelo método expositivo dialogado, com a participação ativa e refletiva dos magistrados. Método do caso, exposição de vídeos e atividades em grupos.</p> <p>Juiz auxiliar: Ana Carolina Villaboim da Costa Leite</p>
<p>QUINTA-FEIRA DIA 18/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM</p>	<p>QUINTA-FEIRA - DIA 18/08 - DAS 9H ÀS 12H – ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM Tema: Direitos humanos e a igualdade racial Conteúdo programático: Direitos Humanos; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; Discriminação racial; O Poder judiciário frente à discriminação racial; A luta pela igualdade racial em prol da cidadania; Estudo de caso concreto;</p>

	<p>Docente: Alcione Escobar da Costa Alvim - Juíza Federal do TRF/Pará) e formadora da Enfam.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>
<p>SEXTA-FEIRA DIA 19/08 DAS 9H ÀS 13H VISITA EXTERNA</p> <p>DAS 14H ÀS 15 REUNIÃO DE MENTORIA</p>	<p>SEXTA-FEIRA - DIA 19/08- DAS 9H ÀS 13H - VISITA EXTERNA Local: Visita a uma instituição de acolhimento (abrigo) para crianças e adolescentes Docente: Juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza Avaliação: Elaboração de um <i>Reaction paper</i> 1 lauda (1,0 ponto).</p> <p>Das 14h às 17h – reunião de mentoria com juízes auxiliares na EMERJ.</p>
<p>Avaliação Final Modulo III – Semana 3</p>	<p>Fórum de Discussão: 4,0 pontos Visita + <i>Reaction paper</i>: 1,0 ponto <i>Reaction paper</i> da Semana 3: 1,0 pontos Total: 6 pontos</p>
<p>LEITURAS</p>	<p>Leitura obrigatória: GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. SILVA, Luiz Antônio. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, DF: Anpocs, p. 223-244, 1983. Disponível em : https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf</p> <p>ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, ano XI, n. 21, p. 160-173, 2001.</p> <p>Leitura complementar: OTHERO, Marília B. Atenção à saúde da pessoa com deficiência: necessidades sob a perspectiva dos sujeitos. 331 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Cristina B. de. Infância e Deficiência no Brasil: Uma História de Ocultação e Silenciamento. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, vol. 19, n. 16, p. 1-18, 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275019735016. Acesso em: 05 fev. 2019.</p>
<p>Módulo 3 - Semana 4 – 22 a 26/08</p>	
<p>EMENTA: Construção do Direito à Saúde. Medicamentos e promoção da saúde. Direitos fundamentais e seguridade social. Regime Previdenciário.</p>	
<p>SEGUNDA-FEIRA DIA 22/08 DAS 9H ÀS 13H</p>	<p>SEGUNDA-FEIRA - DIA 22/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: Introdução ao tema medicamentos e promoção da saúde e a atuação do Poder Judiciário</p>

<p>AULA PRESENCIAL</p>	<p>Conteúdo programático: O Poder Judiciário e a distribuição de medicamentos através de ordem judicial; Critérios a serem seguidos; Perguntas a serem esclarecidas pelo profissional da medicina prescritor; Segurança e eficácia. Alto impacto em gastos em saúde; Medicamentos essenciais como acesso à assistência farmacêutica; Normativas do Ministério da Saúde através de Resoluções, Portarias e Diretivas; Política Nacional de Medicamentos; Política Nacional de Assistência Farmacêutica;</p> <p>Docente: Renata Lima Machado – Juíza do TJRJ.</p> <p>Metodologias ativas: O embasamento teórico se dará pelo método expositivo dialogado, com a participação ativa e refletiva dos magistrados. A exposição contemplará as informações teóricas, legislativas e jurisprudenciais. Ao longo da aula serão utilizadas as técnicas do GV/GO e do Phillips 66 para a discussão a partir de situações concretas.</p> <p>Juiz auxiliar: Eric Scapim Cunha Brandão</p>
<p>TERÇA-FEIRA DIA 23/08 DAS 9H ÀS 13H AULA PRESENCIAL</p>	<p>TERÇA-FEIRA - DIA 23/08 - DAS 9H ÀS 13H - AULA PRESENCIAL – 4H Tema: O Contexto sócio-político de construção do direito à saúde, acesso as novas tecnologias e julgamentos pelo Poder Judiciário. Conteúdo programático: Medicamentos essenciais. Recomendações da OMS, RENAME. Tensão do mercado e novas tecnologias. Financiamento da assistência farmacêutica. Mudanças na política nacional de medicamentos no Brasil. A reforma sanitária brasileira e os contornos do direito à saúde na Constituição Federal Brasileira.</p> <p>Docente: Maria Aglaé Tedesco Vilardo – Juíza de Direito de Entrância Especial Substituta de Segundo Grau do TJRJ.</p> <p>Metodologias ativas: O embasamento teórico se dará pelo método expositivo dialogado, com a participação ativa e refletiva dos magistrados. A exposição contemplará as informações teóricas, legislativas e jurisprudenciais. Recursos multimídia, além de textos técnicos e obras jurídicas especializadas.</p> <p>Juiz auxiliar: Maria Cristina Barros Gutierrez Slaibi</p>
<p>QUARTA-FEIRA DIA 24/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM</p>	<p>QUARTA-FEIRA - DIA 24/08 - DAS 9H ÀS 12H - ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM - 3H Tema: Direitos fundamentais e seguridade social Conteúdo programático: Direitos fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Direitos fundamentais sociais e sua real aplicabilidade; Modelo constitucional de seguridade social; Modelo de regulação dos direitos constitucionais de seguridade social; Modelo de financiamento e de articulação entre seguridade social e relações de trabalho; Sistema brasileiro de direitos a prestações de seguridade social nas áreas da previdência social, assistência social e saúde; Os perenes e novos desafios para a realização efetiva desses direitos em cenário de crise econômica e de mudanças na economia e no trabalho;</p> <p>Docente: Professor Doutor José Antonio Savaris. Juiz Federal da 3ª Turma Recursal SJPR/TRF4. Doutor em Direito da Seguridade Social (USP). Mestre em Direito Econômico e Social (PUCPR). Docente Formador da ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação da Escola da Magistratura Federal do Paraná - ESMAFE-PR. Presidente</p>

	<p>de Honra do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP. Membro da Turma Nacional de Uniformização - TNU (2009-2011).</p> <p>Metodologias ativas: O Estudo de Casos emblemáticos de violação de Direitos Fundamentais. O embasamento teórico se dará pelo método expositivo dialogado, com a participação ativa e refletiva dos magistrados.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>
<p>QUINTA-FEIRA DIA 25/08 DAS 9H ÀS 12H ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM</p>	<p>QUINTA-FEIRA - DIA - 25/08 DAS 9H ÀS 12H - ENCONTRO SÍNCRONO ZOOM - 3H Tema: Direito previdenciário Conteúdo programático: O Regime Previdenciário; Normas constitucionais; A legislação estadual; O Rio-Previdência; A Previdência complementar. Docentes: Flavio Henrique Albuquerque de Freitas. Juiz de Direito do TJAM, Juiz Auxiliar no STM, Formador da ENFAM, Mestre em Direito Constitucional e Doutorando em Direito Constitucional.</p> <p>Felipe Derbli de Carvalho Baptista – Procurador do Estado do Rio de Janeiro e ex-diretor do Rioprevidência. Metodologias ativas: Aula expositiva-dialogada, exposição de vídeos; atividades em grupo.</p> <p>Avaliação: Pergunta reflexiva no fórum de discussão (2,0 pontos)</p>
<p>SEXTA-FEIRA DIA 26/08 DAS 9H ÀS 13H VISITA EXTERNA DAS 14H ÀS 17H REUNIÃO DE MENTORIA</p>	<p>SEXTA-FEIRA - DIA 26/08 - DAS 9H ÀS 13H - VISITA EXTERNA - 4h</p> <p>Local: Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS) e visita à Mutua dos Magistrados</p> <p>Docente: Maria Aglaé Tedesco Vilardo. Juíza do TJRJ e Formadora da Emerj e Enfam.</p> <p>Avaliação: Elaboração de um <i>Reaction paper</i> 1 lauda (1,0 ponto).</p> <p>Das 14h às 17h – Reunião de mentoria com juízes auxiliares na EMERJ.</p>
<p>Avaliação Modulo III – Semana 4 E Avaliação final do Módulo 4</p>	<p>Fórum de Discussão: 4,0 pontos Visita + <i>Reaction paper</i>: 1,0 ponto <i>Reaction paper</i> da Semana 4: 1,0 pontos Total: 6 pontos Registro reflexivo do Módulo 3: 1,0 ponto Total do Módulo: 25 pontos</p>
<p>LEITURAS</p>	<p>Leitura obrigatória: GOLDIM, José Roberto. Ética Aplicada à Alocação de Recursos Escassos. Chagas, Flávia, As tutelas de urgência com pedidos de saúde em sede de plantão judiciário noturno. Chagas, Rafael, Decisões estruturais em demandas judiciais por medicamentos. Peçanha, Letícia, Judicialização de medicamentos no Estado RJ.</p>

Leitura complementar:

ANGELL, Marcia. A Verdade Sobre Os Laboratórios Farmacêuticos. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record; 2007. 319 p.

OLIVEIRA MA, Bermudez JAZ, Osorio-de-Castro CGS. Assistência Farmacêutica e Acesso a Medicamentos. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2007.

DIAS, Murilo Freitas, Nair Ramos de Souza, Milena Oliveira Bittencourt e Marcia Santos Nogueira Revista FÁRMACOS e Medicamentos - Farmacovigilância- Vigilância Sanitária e Gerenciamento do Risco em Medicamentos - - Ano Edição:2005 Edição: v.34. Disponível em: <

http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/61df7800474588df9298d63fbc4c6735/RACINE_RISCO2.pdf?MOD=AJPERES>

Portaria nº 3.916/ 1998 do Ministério da Saúde. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/portarias/3916_gm.pdf

Resoluções normativas da ANVISA – nº 387/2015; nº 395/2016

Resoluções normativas da ANS – nº 259/2011. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao#/>